



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVIII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Trajetória do Mercosul e União Europeia: reflexo das crises
internacionais?**

Lucas Ribeiro Guimarães

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Carlos Vidigal

Brasília

2017

RESUMO

O artigo proposto tem por finalidade analisar a relação entre UE e Mercosul. Pretende-se descrever a evolução da relação entre Mercosul e UE considerando o processo de negociação, dado que o objetivo da barganha inter-regional é a integração entre esses dois blocos com vistas à institucionalização de um acordo de livre comércio. O comércio entre UE e Mercosul esteve suscetível ainda às variações cambiais, crises internas e crises econômicas internacionais, surgimento de novas potências emergentes, à dinâmica da globalização. Ademais, espera-se analisar as negociações para o estabelecimento de um Acordo de Associação entre a UE e o Mercosul, que propõe a consagração de uma zona de livre-comércio entre ambos os blocos. A conclusão do acordo é improvável e se vê sujeito à melhorias institucionais no Mercosul, bem como a aceitação dos interesses do lado europeu, que não permite abertura do setor agrícola, e ao lado do Mercosul, que é reticente à abrir o seu mercado de serviços e bens industrializados.

Palavras chave: Mercosul, União Europeia , Associação.

ABSTRACT

The proposed article aims to analyse the relationship between the EU and Mercosur. It is intended to describe the evaluation of the relationship between the EU and Mercosur, considering the negotiation process since the objective of the interregional bargain is the integration between these two blocs with a view to the institutionalization of a free trade agreement. Trade between the EU and Mercosur was still susceptible to exchange rate variations, internal crises and international economic crisis, emergence of new emerging powers, and the dynamic of globalization. In addition, it is hoped to analyse the negotiations for the establishment of an Association Agreement between the EU and Mercosur, which proposes the establishment of a free trade zone between both blocs. The conclusion of the agreement is unlikely and subject to institutional improvements in Mercosur, as well as the acceptance of the interests of the European side, which does not allow the opening of the agricultural sector, and alongside Mercosur, which is reluctant to open its market of services And industrialized goods.

Keywords: Mercosul, European Union, Association.

1. INTRODUÇÃO

No contexto mundial de enfraquecimento dos mercados as relações comerciais se apresentavam de forma desafiante, principalmente para países latino-americanos, que há muito têm lutado para uma maior inserção internacional, por meio do progresso econômico e do comércio intra e extracontinental. Após 1980, década conhecida pelo estado de estagnação econômica para esses países em geral, o cenário econômico sofreu modificações significativas que contribuíram para que a economia da América Latina não fosse uma das mais afetadas pela crise mundial provocada em 2008 (GONÇALVES, 2011). Antes disso porém, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), assim como Chile e outros países latino-americanos já manifestavam grande interesse por acordos com a União Europeia (UE) (TOMAZINI, 2009).

Nesse contexto, acentuou-se a busca de um espaço de diálogo, de intercâmbio econômico, de cooperação que antecedeu às negociações entre o bloco sul-americano, por intermédio de uma política da UE e da promoção de regionalismo e da integração. O aprofundamento das negociações entre a UE e os países do Mercosul deu-se com o estabelecimento do Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação de 1995 e a projeção de uma associação inter-regional e uma zona de livre-comércio (COMISSION, 2015).

Em termos de contexto político, os argumentos a respeito a proliferação de preferenciais zonas tarifárias, ou seja a regionalização, apesar da criação do fenômeno nocivo “tigela de espaguete”¹ no mundo econômico, podem ser consideradas benéficas por causa das consequências úteis para a gradual abertura do mundo rumo à liberalização mundial do comércio (BHAGWATI, 1996).

O artigo busca analisar a evolução da relação entre Mercosul e UE relatando o processo de negociação, dado que o objetivo da barganha inter-regional é a integração entre esses dois blocos com vistas à formação de uma zona de livre-comércio. Um dos

¹ A síntese analítica na Seção IV designada por Bhagwati, Krishna e Panagariya (1996) e também seus trabalhos em 1996 na American Economic Association Meetings em São Francisco, Bhagwati e Panagariya (1996).

caminhos para atingir o objetivo do trabalho é a tentativa de responder à seguinte pergunta: Considerando as crises internas e internacionais, o processo de negociação entre UE e Mercosul respondeu à estratégia de ambas as partes?

2. APROXIMAÇÃO INICIAL (1989-1994)

2.1- INFLEXÕES DA POLÍTICA EXTERNA NOS ANOS 90

No final dos anos 80, em virtude do processo de globalização da economia e do novo incentivo experimentado pelos processos de integração nos marcos de uma nova ordem internacional em formação, desdobrou-se uma série de argumentos em prol da integração associados à globalização e à interdependência por ela produzida².

Consonante a essa argumentação, como fator fundamental a globalização representaria como um impulso aos processos de integração. Por outro lado, acarretou um aumento da interdependência econômica que intensificaria a tendência homogeneizadora das forças de mercado. Nesse contexto, o regionalismo colaborou para o manejo da inserção do mercado global com padrões de concorrência modificados, bem como para atestar pressões no sentido de homogeneização das políticas econômicas. Finalmente, o marco de integração corresponderia a uma maior facilidade de suplantar regras que orientam a economia mundial (HURRELL, 1995).

O Novo Regionalismo da década de 1990 possibilitou a implementação de acordos com o objetivo de criação de uma área de livre comércio e mercados comuns. O quadro político que circundava o “antigo” regionalismo pós-guerra compreendia uma estratégia de substituição de importações voltadas para a auto-suficiência e políticas protecionistas e dirigidas pelo Estado (muitas vezes no contexto de regimes autoritários).

Os acordos estabelecidos no contexto das relações inter-regionais ganharam um papel de destaque, sendo apresentado como positivo tanto para o norte quanto pelo Sul. Segundo Bataller (1993), para os países centrais³, em especial os europeus, as experiências de integração poderiam se tornar uma ferramenta de diálogo e como

² No caso, argumentos mais relacionados ao paradigma da interdependência, porém estruturado e caracterizado a partir da década de 1990.

³ Faz referência às potências mundiais no contexto pós-guerra fria como Estados Unidos e países da Europa central

estímulo e controle para o processo de abertura econômica e ajustes estrutural nas economias de países periféricos. Nesse sentido, as experiências de integração sub-regional não seriam mais percebidas enquanto grupos fechados e auxiliam, além de tudo, para a estabilidade do sistema internacional com a descentralização da segurança e a ligação entre esta e os incentivos econômicos da integração (HURRELL, 1995). Por fim, no ponto de vista de Almeida-Medeiros (1996), em relação aos aspectos políticos, poderiam garantir a perpetuação do pluralismo político ou da “democracia de mercado”.

De acordo com Saraiva (1999), a América Latina vivia no final dos anos 80 os problemas em decorrência da crise da dívida externa, a ruína de modelos anteriores de integração regional e dificuldades de inserção da economia internacional. Em contrapartida, experimentava regionalmente questões de convergência, não diretamente de interdependência, pelas transições para a democracia e os projetos de ajuste econômico vinculados com a abertura das economias nacionais (BATALLER, 1995).

Excedidos em dívidas externas praticamente impagáveis, e vivendo uma sensação de isolamento num mundo de profunda transformação, os países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) sentiram-se livres para criarem suas próprias alternativas (QUINTÃO, 2010). É preciso destacar aqui, como Quintão (2010) aponta o novo quadro das relações mundiais : despontado a partir do colapso da União Soviética, da queda do muro de Berlim, aparição da caracterização da economia mais aberta e competitiva (neoliberalismo), propiciando a cooperação da França e Alemanha, para a formação de blocos de interesse econômico, serviu para de inspiração para que a Argentina e Brasil buscassem superar por vez suas desconfianças, e avançassem em direção a um acordo de complementariedade⁴.

Na passagem da década houve uma recuperação do processo de integração do Mercado Comum Centro-Americanano e do Pacto Andino regidos para a consolidação de uma união aduaneira, e a criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul) com o mesmo objetivo. Tais iniciativas se assentavam ao objetivo de incentivar a atração de

⁴Uma série de iniciativas como o Programa de Integração e Cooperação Econômica de 1986, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988, e a Ata de Buenos Aires de 1990. A integração foi estendida pelo convite de adesão para o Paraguai e Uruguai (Costa Vaz, 2002)

investimentos necessários à modernização econômica, impulsionar os níveis de competitividade no plano externo e coordenar as economias da região com os centros dinâmicos da economia mundial, onde se originou o conceito de “regionalismo aberto” para a América Latina e o Caribe (Cepal) (CEPAL, 1994).

Para Tomazini (2009), a União Europeia (UE) intensificou as relações com a América Latina (AL), como parte de sua estratégia de maior inserção internacional, sobretudo nos de 1990, depois da Guerra Fria, com o surgimento de novos desafios nas esferas políticas e econômicos. A aproximação das relações da UE com a América latina foram estimuladas a partir da adesão de Portugal e da Espanha na Comunidade Europeia (CE), em 1986. Países estes que os integrantes da AL mantinham relações históricas e culturais devido a políticas de abertura econômica e processos de interação regional na América Latina. Essas por sua vez impulsionadas pela redemocratização que ocorreu em quase todo o continente sul-americano, na década de 1990 em decorrência da formação do Mercosul em 1991 e à fortificação institucional da Comunidade Europeia com a ratificação do Tratado da União Europeia (TUE) em 1993.

A estruturação das relações entre a UE e a América Latina pode ser definida: (i) por meio de diálogos inter-regionais- ou birregionais-, concebendo como importantes fóruns políticos; o Grupo do Rio⁵ e as Cúpulas entre a UE e a AL (no campo da parceria estratégica com esta região); (ii) ou por meio de diálogos especializados: União Europeia- Mercosul- América Central, UE- Comunidade Andina (CAN), UE- México, UE- Chile, nos quais são característicos os três primeiros bilaterais como diálogos de âmbito subregional e os dois de âmbito bilateral (TOMAZINI, 2009).

Ainda nesse contexto, embora a América Latina continuasse a não representar uma região enfatizada para a UE, essa passou a priorizar novos diálogos na área- e a preservar as anteriores-, dentre as quais estava incluso em destaque a relação com o Mercosul, de maneira a conservar sua presença no continente (SARAIVA, 2004).

O Tratado de Assunção (TA), assinado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República do Uruguai, em 21 de março de 1991, objetivava a criação do mercado comum entre os Estados Partes,

⁵Grupo formado pela Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai e um país da Comunidade do Caribe (CARICOM).

denominado de Mercosul. Manifestaram-se dispostos na coordenação de políticas macroeconômicas de complementação dos diferentes setores e com olhos voltados para a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, assim como a importância de alcançar adequada inserção internacional para seus países-membros. Todavia, o Tratado de Assunção veio a entrar em vigor apenas em 29 de novembro de 1991, com depósito das ratificações necessárias segundo BAPTISTA (1998, p.35 apud JUNIOR 2007, p.79), bem como mencionado em seu art. 29⁶.

Para Almeida (1994), a União Europeia foi definida como um “quadro institucional único”, porém essa não detém personalidade jurídica mesmo título que, anteriormente, as Comunidades Europeias. Após 40 anos de progressos contínuos, a então Comunidade Econômica Europeia (CEE), apresentou-se como modelo natural porque suas mutações institucionais sucessivas assinalavam para um sistema de governança multinível⁷ nunca visto no quadro clássico do Estado Nação (FARIA, 2004).

As frentes de ação da União Europeia remontam, desde a assinatura do Acordo de Cooperação Inter-Institucional, no comprometimento formal com as áreas de política e economia do Mercosul, reiterado na adoção, em 2007, do Programa Regional da União Europeia, que prevê investimentos de até 50 milhões de euros para:

1. Fortalecimento institucional;
2. A solidificação da estrutura econômica para o supracitado acordo; e
3. O fomento da participação social nos processos políticos transnacionais (EUROPEIA, 2007).

Em geral, o acordo assinalava essencialmente um suporte por parte da UE ao desenvolvimento institucional do Mercosul de oferecer apoio ao *know how*, o conhecimento e experiência, em termo de integração, indispensável para a estruturação do Mercosul (GREINER, 2004, p.908). A importância desse acordo foi em razão do

⁶ Artigo 29. O presente Tratado consta duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão ratificados em frente ao

⁷ A manifestação de um novo sistema político europeu, plural e composto de níveis e instâncias de governos múltiplos e heterogêneos está a formar novos marcos e contexto que incidem possibilidades inéditas para a expressão e de interesses e canalização de interesses, mas também para a participação na elaboração de políticas públicas referentes aos diversos âmbitos de níveis políticos-territoriais

seu significado político, com a finalidade de estabelecer um canal de diálogo entre os dois blocos. A UE se dispõe a ser o primeiro no cenário internacional a negociar com o Mercosul como um bloco econômico. A contar do acordo interinstitucional, instauram-se diversos encontros e iniciativas, com a composição de grupos de trabalhos que objetivam *a priori* a harmonização das normas técnicas e alfandegárias, assim como da agricultura no Mercosul (KORTHOFF, 2005).

Carísio (2006) assevera que o Mercosul não é, para a UE, um parceiro relevante em termos de volume de comércio. Apesar que a UE seja o principal destino das exportações do Mercosul (cerca de 30% que acrescentará com o alargamento) e seja o fundamental fornecedor do bloco (também 30%), este não possui um papel de importância nos fluxos de comércio da UE (somente 3%), afora de alguns produtos isolados, na maior parte agrícolas ou agrícolas processados (PAPS). Num primeiro instante, contudo, referia-se mais de evitar que a posição comunitária nos mercados do Cone Sul fosse afetada pela formação da ALCA do que devidamente buscar objetivos específicos de liberalização.

Por fim, a autora complementa que dados as estimativas da Comissão, o comércio entre blocos ampliara 75% entre 1990 e 1996, com 250% de ampliação das exportações da UE e só 9% para as do Mercosul. A UE se mostrava extensivamente superavitária nesse comércio e com base nas condições do mercado de Argentina e Brasil, a elasticidade da demanda era alta, em situações de queda de preços ou de aumento de renda (CARÍSIO, 2006).

Ainda no final do ano de 1994, a União Europeia preparou um documento intitulado “Para o Reforço da Política da UE em relação ao Mercosul”(COM (94) 428)⁸ no qual foi formulada estratégia de médio a longo prazo para direcionar a política externa em relação ao Mercosul. Em síntese, a Comissão declarou que apesar dos ganhos com o acordo de cooperação interinstitucional, o tratado foi um instrumento insuficiente para intensificar as relações entre UE e Mercosul, e visou a elaboração de um Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação, cujo principal objetivo era reparar as partes para o estabelecimento de um; 1- Acordo de Associação, em negociação; 2-

⁸ PARA O REFORÇO DA POLÍTICA DA UNIÃO EUROPEIA EM RELAÇÃO AO MERCOSUR.COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU COM(94) 428 final. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:51994DC0428&from=EN>. Acesso em: 02.03.17

os acordos de cooperação entre a UE e os membros do Mercosul; e, 3- os programas de cooperação entre os vários Estados-membros da UE e os países-membros do Mercosul (HOFFMANN, 2003). Essa mesma cooperação bilateral intensificou as trocas entre elites burocráticas e incentivou o mecanismo de pressão normativa (DELPEUCH, 2008).

3- INCERTEZAS (1994-2000)

O Mercosul foi intensamente marcado por todas as instabilidades nacionais, regionais e internacionais que dominaram a fase de crises financeiras na década de 1990, mesmo se, em primeiro momento, o comércio inter-regional e o comércio dos países membros com o mundo tenha tido encontrado um real progresso e não tenha sido fortemente afetado em razão da formação da união aduaneira. Para Almeida (2007), a começar do período (1991-1994) e mesmo na fase seguinte, logo após o fortalecimento do esquema intergovernamental do Mercosul por meio do Protocolo de Ouro Preto (dezembro de 1994), o comércio intra e extra-Mercosul expandiu consideravelmente, para o que também sustentaram reformas econômicas e as políticas de abertura comercial empreendidas no início da década de 1990.

No plano hemisférico, também foram notórias as iniciativas dos Estados Unidos para prover maior predominância na AL, como a zona de livre comércio englobando toda a região (à exceção de Cuba). Esse processo começou nos anos de 1990, através da Iniciativa para as Américas, idealizada pelo presidente dos Estados Unidos, George Bush e estendeu-se em dezembro de 1994 na chamada Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) (ALMEIDA, 2007). Isso significaria uma provável perda do mercado da UE para os EUA e, nesse sentido, uma ameaça aos interesses da UE na região. Em contraste, na perspectiva do Mercosul, sobretudo do Brasil, o adensamento das relações com a UE representava um instrumento de pressão.

Porém, a integração no marco do Mercosul foi se consolidando, o bloco foi assumindo um papel de destaque cada vez maior para a política externa para os países-membros, sobretudo em termos comerciais. Como dito anteriormente, no final de 1994 foi firmado o Protocolo de Ouro Preto, que caracterizou o início da união aduaneira e

deu ao bloco uma personalidade jurídica para a negociação de acordos internacionais. Vários setores foram incluídos no processo, concedendo-lhe maior consistência.

Com a entrada da TEC em vigor, em 1995, bens de capital, informática e de telecomunicações foram considerados como grupos de exceção. Cada país-membro pode exibir listas nacionais de exceções para produtos sensíveis. Da mesma maneira, os regimes automotivos foram resguardados e, ainda, vários acordos binacionais de preferência tarifária entre países membros do Mercosul e entre outros países da América Latina, negociado na dimensão da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) foram mantidos. Além das exceções à TEC, decorrentes de fatores estruturais surgiram novas perfurações a estas adotadas, muitas vezes, unilateralmente pelos países-membros, principalmente, após a crise enfrentada pelo bloco, a partir de 1999 (INTAL-BID, 2005).

Para Crawley (2004), o Mercosul ao estabelecer a dupla cobrança da TEC⁹ ameaçou o avanço para as negociações do acordo de Livre-comércio com a UE. Com o documento salientado na conferência “o âmbito político, será difícil alcançar uma completa uniformidade da TEC no Mercosul, no curto prazo. Isso ocorre tanto por oposição em alguns setores importantes nos dois maiores países do bloco como automotivo, como pela função que exerceu na disparidade nas tarifas externas nos países menores (CRAWLEY, 2004).

O período de bonança, entretanto, somente durou até o fim do século XXI, em função a problemas de ordem econômica, os crescentes desacordos entre os sócios e os agravantes enfrentados pela recente estrutura institucional do Mercosul de lidar com as divergências entre seus membros. A partir de 1999, ocorreu uma contração do comércio intra e extra-regional, ruptura no prosseguimento das políticas macroeconômicas e adoção de políticas protecionistas e anti-integracionistas por parte de alguns membros (HOFFMAN, 2004).

Em relação a crise financeira, Veiga (2003) aborda que suas origens reportam a incapacidade dos Estados em fazer frente às contrariedades das negociações mais

⁹A dupla cobrança da TEC remete aos bens que não cumprem com a origem do Mercosul (ou por motivo de não serem produzidos nesse bloco não atendem aos regimes de origem ou porque são importados extrazona) devem pagar de novo a TEC ao atravessar a fronteira nacional do bloco. Disponível: <http://www.iadb.org/publicaciones.asp>. Acesso em: 24.09. 15

complexas (de normatividade do tipo positivo) requisitado para a segurança do processo de avanço da integração:

A gênese das dificuldades atuais que o Mercosul enfrenta remonta ao período pós-transição aduaneira, ou seja, 1995-1997, marcada por crescentes divergências de modelos macroeconômicos adotados por sócios maiores, pela deterioração das condições de acesso dos países membros ao financiamento externo e pela incapacidade destes para lidar com uma agenda de negociação mais complexa e controvertida que a de eliminação de barreiras fronteiriças do comércio [...] De maneira geral, o Mercosul passou a conviver com um lapso (gap) crescente de implementação de medidas acordadas (na agenda definida em dezembro de 1995), o que gerou efeitos negativos cada vez maiores para a credibilidade do projeto de integração.

De acordo com Almeida (2009), dentre os aspectos que levaram à degeneração do bloco estão: “[...] desvalorização e flutuação da moeda brasileira e o esgotamento do modelo cambial cambial argentino”, prosseguido pelo “[...] declínio do intercâmbio e a descontinuidade da liberalização, com a introdução de salvaguardas unilaterais pela Argentina contra produtos brasileiros, e o abandono prático dos projetos das políticas macroeconômicas”. O autor também cita como causa das dificuldades as exceções protecionistas à tarifa externa comum, o destaque na superestrutura conjugada com a carência de infraestrutura e a falta de um *acquis communautaire*¹⁰ (ALMEIDA, 2009). Nesse período começa a ficar mais evidente as dificuldades do Mercosul, em sua posição de processo de integração, tais como suas assimetrias, falta de um país em desenvolvimento, a falta de instituições mais densas e que deem mais confiança ao processo decisório, assim como a necessidade de ter uma Política de Desenvolvimento Regional (COSTA, 2008).

Apesar dos problemas, o fortalecimento dos canais de comunicação que orientavam ao Mercosul na lista de prioridades para Bruxelas. Com efeito, um acordo de cooperação interregional entre a UE e os países-membros do Mercosul foi estabelecido em 1995, ao mesmo tempo que foi estabelecido acordo birregional de comércio entre a UE e o Mercosul.

O acordo Quadro foi consagrado em 1995 entre a União Europeia e o Mercosul em quatro aspectos: diálogo político, cooperação econômica, fortalecimento da

¹⁰Um termo francês que refere-se ao corpo consultivo das legislações da Comunidade Europeia, que inclui os objetivos, as regras substantivas, as políticas e, em particular, a legislação primária e secundária e a jurisprudência da CE, todos eles integrados na ordem jurídica da União Europeia.

integração e a cooperação interinstitucional e as questões mercantis (IGLESIAS, 2010).

O objetivo final desse acordo era a criação de uma zona de livre-comércio entre os blocos regionais. A manifestação dos componentes inter-regionais abrangeu três formas distintas: inter-regionalismo profundo ou puro, evidenciado pelas relações entre dois grupos regionais bem consolidados (grupo a grupo, bloco-bloco); transregionalismo, caracterizado por interações de região para região, quanto ao nível governamental da sociedade civil; e quase interregionalismo, delineado por relações híbridas por blocos regionais e poderes singulares (HANGGI, 2011).

A articulação se destacou em junho de 1999, com a realização da primeira Cúpula de Chefes de Estado de Estado e o Governo da UE e América Latina/Caribe, quando se decidiu pela formação de um Comitê de Negociações Birregional (CNB) da UE-Mercosul com o propósito de liberalizar as relações comerciais visando ao futuro e a assinatura de um acordo de associação inter-regional (SARAIVA, 2004). Nesse contexto, foi formalizado a parceria inter-regional, enquadrando os mecanismos de contato político entre a UE e a América Latina e o Caribe, as Cúpulas ALC-UE e as reuniões ministeriais, Grupo do Rio-UE e seus resultados (VALLE, 2005). Contudo, em relação ao calendário, foi determinado que a frequência dos encontros do CNB e do Subcomitê de Cooperação seria definida por eles mesmos¹¹.

Em 2000, as negociações para um acordo de Associação entre Mercosul-UE foram abertas (MEDEIROS, MEUNIER, & COCKLES, 2015). O acordo caracterizava-se por sua abrangência dado que abrangia três aspectos: político, comercial e de cooperação. Os princípios gerais vieram a ser devidamente acordados e firmados seguindo as bases da liberalização do comércio e a complementação de novas regras. Como ilustração de alguns aspectos que guiariam as negociações, Devlin, Estevadeordal e Krivonos (2003) mencionam: a não-exclusão do setor; o princípio do *single undertaking*; a conclusão do acordo mais rápido possível; bem como a intenção de buscar negociações amplas e resultados equilibrados.

¹¹Cada um estabeleceria o calendário e a frequência de seus encontros.

4- AVANÇOS E RECUOS (2000-2008)

Desde então, mais quatro Cúpulas aconteceram (Madri, 2002; Guadalajara, 2004; Viena, 2006 e Lima, 2008), tendo a participação dos chefes do Governo dos países da América Latina, do Caribe e da UE e o presidente da Comissão Europeia. Nessas Cúpulas, as especificidades gerais da parceria estratégica, almejadas na Declaração do Rio, foram solidificadas nos âmbitos políticos, econômicos e de cooperação, características dos acordos estabelecidos pela UE na esfera do novo regionalismo, e tomaram forma por meio de estabelecimento de acordos específicos. Dessa forma, a América Latina passou a instituir novos diálogos na região e a manter as anteriores, dentre os quais se destacam as relações com o Mercosul, de maneira a manter sua presença no continente (SARAIVA, 2004).

Ao contrário de um acordo de associação, o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação entre a União Europeia e o Mercosul é um acordo de Cooperação, nos moldes dos acordos dos acordos que foram assinados entre a UE e muitos estados asiáticos e latino americanos (SCWARZE, 2009, pp. 2177-2188). Tem sua existência mais limitada e não respalda grande comprometimento entre as partes sendo também conhecido como acordo-chave, em reazão de servir de modelo para negociações posteriores.

Para o estabelecimento da associação inter-regional e de livre-comércio intercontinental, mostra-se importante a exposição dos interesses conflitantes que traçam as negociações. Enquanto, a UE é uma comunidade de direito, sólida institucionalmente, o Mercosul ainda necessita de força institucional e coesão de seus estados- partes no tocante ao funcionamento intrabloco, a exemplo da crise entre Brasil e Argentina (GONÇALVES, 2011, p. 46).

Ainda que as negociações sobre diálogo político e cooperação estejam avançadas e praticamente concluídas, o questão do comércio continua estagnada, como se observa na nota da Comissão Europeia (UE, 2008):

Substantial progress has been made with political dialogue and cooperation since April 2000. As regard trade, the UE and Mercosur have exchanged tariff offers and negotiating texts on goods and

services. An action plan for business facilitation was also adopted at the Madrid summit in 2002¹².

Em relação aos assuntos comerciais, Pereira (2006) ressalta que, objetivos ambiciosos que apontam que a futura liberalização deveria, não apenas cobrir a desgravação tarifárias de bens. Deveria também assegurar a abertura de outros mercados por meio da regulamentação de questões como serviços, compras governamentais, investimentos, direitos de propriedade, intelectual, política de concorrência e mecanismos de resolução de controvérsias.

Em 1999 a composição das negociações se encontrava em um período bastante conturbado, uma vez que os países da Cone Sul negociavam de um lado um acordo de liberalização com a UE e de outro com todos os países americanos, a ALCA e na OMC (VENTURA, 2003). De acordo com Hoffman (2003), a atenção da UE se pautava mais as negociações multilaterais no âmbito da Rodada de Seattle da OMC e aos avanços de sua política agrícola do que às com o Mercosul. Em março se consolidaram suposições mais sólidas em Bruxelas em relação à concorrência e às normas técnicas. Neste mesmo ano, intensifica-se a crise do Mercosul, ao mesmo tempo com a magnitude da crise econômica da Argentina que, a certa altura, passa a oferecer desvantagens na circulação de mercadorias, ameaçando a Tarifa Aduaneira Comum (HOFFMAN, 2004).

Sobre o tema, Saraiva (2004) afirma:

Desde a percepção europeia, diversos motivos dificultaram o avanço das negociações. Primeiro, a crise do Mercosul levantou dúvidas em relação à possibilidade de se construir uma interação mais profunda nos campos econômicos, político e institucional. A crise revelou a falta de uma coordenação de políticas macroeconômicas e fiscais do bloco e, portanto, que este não era o mercado de maior potencial de crescimento dentre as experiências de integração em curso e nem um modelo futuro de integração sul-sul. Em termos propriamente europeus, a evolução do processo de incorporação dos países do centro e leste europeu aumentou o desafio interno da UE no sentido de realizar suas reformas estruturais necessárias para a unificação da moeda e, ao mesmo tempo, receber seus novos membros.

Diante do cronograma e o programa de trabalhos iniciais, a Comissão da União Europeia sentiu-se razoavelmente confortável. O prosseguimento das negociações

¹² Progresso substancial tem sido feito com diálogos e cooperação desde 2000. Em relação ao comércio, a UE e Mercosul têm feito ofertas de trocas de tarifas e negociando textos de bens e serviços. O Plano de ação para a facilitação de negócios também foi adotada na Cimeira de Madrid, em 2002 [tradução livre].

birregionais continuaria em paralelo com a ALCA e com a Rodada da OMC e o término não aconteceria antes do final do processo de reforma da PAC-Política Agrícola Comum da União Europeia. O debate sobre o comércio somente começaria em 2001, o que daria à Comissão o tempo necessário para averiguar os desdobramentos no plano interno e no multilateral antes de lidar com concessões para seus setores sensíveis (CARÍSIO, 2006).

As três primeiras reuniões do CBN ocorreram em 2000, quando ficou determinado que os aspectos comerciais fossem passados em duas etapas: a primeira, entre 2000 e meados de 2001, quando se debatiam as questões a respeito das medidas tarifárias; e a segunda a partir de 2001, quando introduzidas questões a respeito do comércio de bens e serviços. Na visão de Bonomo (2006) “(...) esse cronograma foi definido em função do mandato negociador da Comissão Europeia, que lhe permitia negociar aspectos tarifários somente a partir de 2001”.

A segunda rodada de negociação do CNB foi realizada na cidade de Bruxelas, em junho de 2000. Nessa etapa conforme Hoffmann (2003), ficou em evidente o interesse mútuo entre os blocos, por meio das trocas de informação produzidas nas reuniões de diferentes níveis institucionais (CNB, Grupos Técnicos, Subgrupos de Cooperação). Nos documentos da Comissão (COMISSION, 2002) consta que o encontro foi acompanhado com grande expectativa por parte dos países do Mercosul, principalmente de setores empresariais e da sociedade civil. Ocorreram diversos encontros paralelos de atores governamentais¹³. No entanto, houve um momento mais complexo, com poucos estímulos para os países do Mercosul.

Segundo Hoffmann (2003) de 2001 a UE fez uma proposta de redução parcial e gradual de tarifas para o comércio de bens e serviços englobando produtos agrícolas. A UE solicitou que o Mercosul liberasse o comércio de serviços, bem como a abertura de licitações públicas para firmas europeias.

Com efeito, a oferta inicial da UE cobria 90% do comércio com o Mercosul. Desta porcentual, considerava 60% tarifas livres de direitos, quer seja bases MFN-Nação mais favorecida seja em bases preferenciais (SGP- Sistema Geral de Preferência). Não estavam inclusas na oferta, as agrícolas de PAPS denominadas

¹³ O Fórum Empresarial Mercosul-UE, formada em 1999, tem tido um papel ativo no processo de aproximação entre ambos

sensíveis, que apresentavam os 10% restantes. Em termos de relevância para o Mercosul, no entanto, os excluídos constituiam um comércio iminente bem maior, pois em alguns deles o comércio é nulo por razão das barreiras exigidas pela UE. Dessa forma, a Comissão preconizava um acordo preferencial em que os interesses do mercosul não eram estimados (CARÍSIO, 2006, p. 207).

Uma nova troca de ofertas de bens despontaria somente em 2003, durante o nono encontro e décimo encontro do CBN. A proposta da UE considerou aumentar cerca de 91,5% dos bens importados do Mercosul, apesar de não constar uma definição de como desgravar 964 itens considerados nessa categoria¹⁴. No mesmo ano, o Mercosul aumentou sua oferta cobrindo 83,5% dos bens importados pela UE, incluindo o setor automotivo, contudo, sem oferta em compras governamentais (PORTO & FLÔRES, 2006). Esses valores exibidos estavam acima do valor mínimo de 80% requerido pela OMC para conceber uma região como zona de livre comércio (HOFFMANN, 2003).

O Mercosul, por sua vez, apresentou sua primeira oferta apenas no sexto CBN, cobrindo somente 35% das importações da UE e excluindo, sobretudo, os bens industriais, sobre os quais a UE priorizava. Nesse encontro o Mercosul apresentou considerações sobre serviços e compras governamentais, temas igualmente expressivos de interesse europeu (TOMAZINI, 2009, p.113).

O empenho efetuado nas reuniões dos grupos técnicos, na décima rodada do CBN, realizado em junho de 2003 na cidade de Assunção, não atingiram a conclusão nas negociações de bens. Isso aconteceu em razão de uma coincidência temporal entre as propostas do Mercosul para a abertura do mercado agrícola e as negociações dos ministros europeus sobre a reestruturação da PAC, o que demandou limites aos avanços do acordo sobre o tema. Em razão disso, o eixo dos esforços baseou-se em outros assuntos sobre o tema: investimento, serviços, direito de propriedade intelectual (PEREIRA, 2006). Nesse mesmo encontro, ocorreu uma troca de abordagens em relação à visão do mercado agrícola. Nesse momento, a UE passou a explanar que, como dispunham de um único bolso (*single pocket*) pagar a “conta” da

¹⁴ A proposta da UE partilhava os produtos nas categorias: A: com desgravação imediata; B: com desgravação em 4 anos; em 7 anos; em 10 anos e E: cuja desgravação esta subordinada à negociação.

abertura de seus mercados, a sua proposta no plano inter-regional dependeria dos resultados alcançados com a conclusão da Rodada de Doha (aguardada para 2005).

Previu-se a conclusão do acordo de associação até 2004, sinalizando maiores evoluções. Tanto o Mercosul quanto a UE se mostraram descontentes com as ofertas realizadas (COMÉRCIO, 2011). Isso ficou explícito quando a nova oferta do Mercosul em setembro de 2004 foi inferior à que proposta anteriormente. Em função disso, em outubro de 2004 as negociações foram oficialmente suspendidas (WK, 2011).

O término das negociações em 2004 foi sinalizado no Informativo da CNI-Confederação Nacional da Indústria, de modo a sobrepor o apoio dessa entidade à posição adotada:

Os desafios, eram, contudo, muitos. A oferta do Mercosul encontrou dificuldades para sua implementação nos setores automotivo e têxtil e a europeia na área agrícola, fazendo com que ambas fossem consideradas insuficientes pelas partes. Outras dificuldades relacionadas a condicionalidades insuficientes de parte e à necessidade de conclusão de entendimento sobre número expressivo de regras comerciais (regras de origem, drawback etc) davam sinais sobre a impossibilidade de cumprimento da data de 31 de outubro. O setor privado brasileiro apoiou a estratégia do governo de prosseguir com as negociações além desta data(CNI, 2004, p. 9).

Conforme Pereira (2006), em mais um trabalho para estabelecer o acordo, o progresso das negociações foi revisado em 2005 em Luxemburgo, pelos ministros das duas partes. Por conseguinte, em setembro de 2005, aconteceu a fixação de um cronograma de programação para as próximas reuniões. A finalidade respaldava-se em retomar as tratativas interrompidas desde de novembro de 2004. Como combinado, a reunião entre os coordenadores da UE e do Mercosul aconteceu em Montevídeo, em novembro de 2005. Em virtude das inseguranças dos resultados do encontro ministerial da OMC em Hong Kong, as partes entraram em consenso diante das dificuldades de definir uma flexibilização de suas prerrogativas de negociação e prolongaram as discussões substantivas para a reunião a ser ocorrida em 2006. Mas também, teve a discussão sobre o diálogo político, que constou a oportunidade para revisar os desenvolvimentos atingidos na América.¹⁵

Por fim, em 2006, ocorreu uma tentativa de retomar as negociações, dada a nova reunião do Fórum Empresarial Mercosul-UE(MEBF), em Buenos Aires, com a

¹⁵THE EU Relations with Mercosur. Disponível em: <http://ec.europa.eu/ comm/ external relations/mercous/intro/index.htm>. Acesso em 20. 02. 2017.

proposta de desvincular o fechamento do Acordo da Rodada Doha. Assim, em declaração conjunta firmada por Brasil e a União Europeia, ocorrida em dezembro de 2008- no âmbito da parceria estratégica assinada entre ambos-, foi mencionado o objetivo de relançar as negociações entre a UE e o Mercosul¹⁶. No entanto, até o momento do término desse estudo, permanece sem perspectiva concreta de conclusão.

5- EUROPA EM BUSCA DE OPORTUNIDADES (2008-2017)

A crise financeira de 2008 deflagrou em cheio a Europa. Para Coelho (2014), o nascimento do euro concordou com os anos de *boom* de crédito mundial. O fácil acesso ao crédito acarretou o aumento de concessão de empréstimos para ambos os setores público e privados em vários países europeus. A abundante poupança internacional reduziu também a pressão para a consolidação fiscal em países muito endividados. O que, por sua vez, possibilitou a formação de diversos estremecimentos nas balanças de transações correntes entre os países europeus. Posto que ocorre o estouro da bolha especulativa imobiliária dos EUA e a crise financeira de 2008, surgiu uma grande recessão na Europa.

Ao fim de 2009, o temor de uma crise da dívida pública na Europa assusta os investidores. Países financeiramente mais instáveis, como Grécia e Portugal, ou até as economias consideradas mais potentes, como a Itália e Espanha, há anos, gastaram mais que arrecadaram. Nesse contexto, dívidas privadas também foram transformadas em dívidas pública por efeito de medidas de resgate de bancos privados. Ademais, outros fatores como insustentáveis compromissos salariais do setor público e de pensões desencadearam o aumento do déficit orçamentário (COELHO, 2014).

As estratégias de aproximação entre os blocos econômicos, sobretudo entre a UE e o Brasil, após muitas rodadas de negociações e resistência para a criação daquilo que viria a ser a maior zona de livre-comércio do mundo, modificaram-se, abrindo espaço para um regresso do bilateralismo e a aposta em uma solução não tão ampla.

¹⁶ EUROPEAN COMMISSIONS EXTERNAL RELATIONS. Brazil-European Union Strategic Partnership Action Plan. Disponível em:
https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/2008_joint_action_plan_en.pdf. Acesso em: 20.02.17

De acordo com Santander (2010) essa seria a mudança de instrumento da política externa da UE (interregionalismo) das negociações grupo-grupo para uma política de “bilateralismo seletivo” com os países mais significativos da América Latina, como os acordos consagrados com Chile e México e mais Peru e Colômbia.

No ponto de vista de Gonçalves (2011), alguns fatores externos e internos que provocaram direta e indiretamente tal modificação que se dá notadamente na política de aproximação da UE para o Mercosul e América Latina. Pode-se ressaltar como fator externo a relevância de questões no Oriente Médio e internas à situação econômica dos países europeus, em especial com a crise financeira de 2008 e das dívidas soberanas, o fracasso das negociações da ALCA tal como as dificuldades da Rodada de Doha (SANTANDER, 2010). Os fatores internos mais importantes são a agenda de alargamento da UE para o leste, o reaparecimento de alguns partidos nacionalistas ao poder como Bolívia e Venezuela e o forte crescimento econômico do Brasil se destacando na economia mundial e sua política externa multipolar.

Nesse sentido, portanto, é relevante destacar a disposição dos negociadores de Bruxelas e do Mercosul de retornar esforços para a conclusão do Acordo de Associação, realizou-se em maio de 2010. Cinco meses antes, deu-se a III Reunião de Cúpula Brasil-UE, ao que prosseguiu a IV edição deste encontro de alto nível, em julho em Brasília. As negociações que conduziram à decisão de relançamento de empenhos para a conclusão do acordo Mercosul-UE, em um quadro mais abrangente, teve lugar a encontros de alto nível bilateral. Além do mais, tiveram Declarações Conjuntas enunciadas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso, pleitea, isto é, persiste em pleitear pela conclusão das negociações Mercosul-União Europeia, atingindo a estratégia birregional à condição de complemento, ou no pior dos cenários, à opção multilateral:

The EU and Brazil, while recognizing the priority they ascribe to the multilateral trading system and to the conclusion of the Doha Round, stressed the political and economic benefits of further regional integration and agreed to intensify their work towards the resumption of negotiations with a view to conclude an ambitious and balanced EU-Mercosur Association Agreement and to promote the advancement of the EU-Mercosur¹⁷.

¹⁷ Terceira Reunião de Cúpula Brasil- União Europeia. Declaração conjunta. Disponível em: http://eeas.europa.eu/brazil/summit/10_09/index_pt.htm. Acesso em 21.02.17

As negociações birregionais foram retomadas em maio de 2010, na ocasião da Cimeira UE-Mercosul em Madri, em que os negociadores-chefes dos blocos reafirmaram esforço para estabelecer o acordo de associação ambicioso e satisfatório em um prazo “breve”¹⁸. No contexto da XX Reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB), em março de 2011, aconteceu em Bruxelas, com suporte de onze grupos de trabalho, com a atenção as parte normativa de diversas áreas nas negociações, bem como acesso a mercados, regras de origem, serviços e investimentos, barreiras técnicas ao comércio e solução de controvérsias, entre outros¹⁹. Admitiu-se também que trabalhos complementares serão necessários em várias áreas fundamentais²⁰.

Em relação ao setor agro-industrial, consta ainda a questão de maior grau de sensibilidade para o todo da associação entre as duas partes. O mandato dos negociadores de Bruxelas é interposto de preocupações dos produtores locais no tocante do efeito nefasto²¹ que impactaria o setor agrícola europeu se o acordo de associação com o mercosul tivesse prosseguido. Um relatório da Comissão Europeia, de 28 de abril de 2011, salientou que o resultado mais provável de um possível acordo de associação que estimulasse o livre-comércio e a União Europeia seria com impacto negativo para o setor agrícola europeu tido em conjunto, a pesar de que a intensidade das implicações variasse de acordo com a especificidade da região, tendo em consideração alguns produtores em particular, e de cenários de liberalização individual²².

No entanto, na perspectiva do Mercosul, o retorno das negociações Mercosul-UE foi algo imprevisto diante do cenário pouco oportuno à liberalização e agravo da crise

¹⁸ IV Cimeira UE Mercosul- Comunicado Conjunto. 9870/10 (Press 129).

¹⁹ Press Release EU-MERCOSUR, XXth BNC Bruxelas: 25.02.17

²⁰ ALOP. Mercosur 20 años: Elementos para un balance político del bloque regional. Relaciones Unión Europea-Mercosur: Reflexiones desde la sociedad civil. 05.11

²¹ O Comitê de Organizações Agrárias e Cooperativas Europeias desenvolveu estudo onde previu que as perdas do setor alcançariam para cerca de 13 bilhões de euros caso o acordo de associação com o mercosul se consolidasse.

²² A esse desígnio, cabe notar que o Mercosul tem um relacionamento sólido com a UE nos setores de carne, açúcar, sumos de fruta e milhão. Em especial, 86% das importações de gado bovino e 70% das compras de carne de ave, da União Europeia são procedentes do Mercosul. O Mercado Comum do Sul corresponde ainda por 50% da demanda europeia de proteínas vegetais.

na zona do euro²³. Dez Rodadas tiveram lugar mantendo o foco principalmente em regras (opostas aos comprometimentos de acesso ao mercado) antes das negociações que foram paralizadas em 2012²⁴.

Em 2012, ainda sob os impactos da crise econômica, o comércio entre os países do Mercosul e da União Europeia significou, para o bloco sul-americano, 22% da corrente do comércio total, atingindo a soma de US\$ 123 bilhões. Fazendo um estudo comparado, Estados Unidos e China correspondem 17% e 13% respectivamente, conforme o sistema de estatísticas AliceWeb-mercosul²⁵. Isso faz com que a UE, visivelmente, a principal região e origem do comércio feito pelo bloco sul-americano, promovendo a dimensão das potenciais consequências da conclusão de um acordo de livre-comércio entre as partes. Mas ainda, para Pereira (2006), agenda comercial entre os dois países e os da União Europeia permanece estruturado especialmente no eixo de troca "*commodities x produtos de alto valor agregado*", sendo a soja, nos dias de hoje, o grande produto de valor do agronegócio mercosulino.

A este propósito, vale destacar também a preferência brasileira pelo fórum multilateral dos temas, que invoca- como se observa pela ressonância incitada nos grupos de interesse mais importantes do país, como os agrícolas e industriais- uma profunda reformulação da política externa brasileira. Adiante, isso se deve ao fato de que, a despeito da conclusão do Acordo de Bali em dezembro de 2013²⁶ e a eleição de Roberto Azevedo ao cargo de Diretor-Geral da OMC terem trazido uma otimização nas expectativas em referência ao sistema multilateral, de forma geral, continua sendo exposto, resultados parcos a longos e incertos processos de negociações.

Com efeito, em 2014, um dos ganhos relativos para aos países do Mercosul foi em relação a abertura das *commodities* agrícolas com a União Europeia: o tratamento preferencial, facilitada pela concessão de vantagens no âmbito do Sistema Geral de

²³ Mercosul. Informe n.15-2011. Disponível: <http://indbodocs.org/getdocnum=35682371>. Acesso em: 23.02.17

²⁴ Europa. Disponível: <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/regions/mercosur/>. Acesso em: 23.02.17.

²⁵ Acesso em: 23.02.17

²⁶ Foi considerado como fim da paralisação da Rodada de Doha e fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Assim, o Brasil mafatou a OMC preparar programa de trabalho para o regresso de negociações, sobretudo na agricultura. Essa decisão facilitará acesso dos produtos brasileiros em todo o mundo e simplificar e desburocratizar procedimentos aduaneiros.

Preferências (SGP). Assim sendo, produtos como café, erva-mate e soja²⁷- cuja a produção é escassa na Europa- estariam submetidos a nenhuma tarifação, ao contrário do açúcar, afronta tanto as barreiras tarifárias como o déficit de competitividade posto pela PAC.

Em 11 de maio de 2016, a União Europeia e Mercosul trocaram ofertas pela primeira vez desde o retorno das negociações, seguida pela XXVI Rodada de Negociação das partes comerciais do Acordo de Associação do Mercosul-UE em 16 de Outubro de 2016. A próxima reunião do CNB ocorrerá em março de 2017 em Bruxelas.

Conforme Saraiva (2016) atesta, o diálogo político, perdeu prioridade depois da assinatura da parceria estratégica Brasil-UE, chegou a uma situação improvável de conclusão frente que os diálogos comerciais para o acordo entre a União Europeia e Mercosul fracassaram em fazer progresso desde o realançamento em 2010. As medidas protecionistas da Argentina e a adesão da Venezuela ao Mercosul, não é vista de forma tranquila e gera receios do lado europeu²⁸.

Além do mais, a crise da zona do euro também impediu o avanço dos diálogos. Não obstante, o TTIP -Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento²⁹, pressiona a posição do Brasil, assim como o Brasil gradualmente demonstra maior interesse em um acordo comercial com a União Europeia, sem se desfazer da união aduaneira do Mercosul³⁰(SARAIVA, 2016, p.15). O problema principal continuará sendo o acesso aos mercados de forma recíproca e a harmonização de Stardarts, uma vez que, qualquer exclusão de barreiras e não tarifárias terá que sublinhar algumas áreas sensíveis e antever períodos de transição e concessões assimétricas.

²⁷ Disponível: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1230319583.pdf>. Acesso em: 23.02.17 11:37h.

²⁸ Para um debate mais aprofundado sobre a compatibilidade do governo venezuelano com a Cláusula Democrática no Protocolo de Ushuaia e com a cláusula Democrática da OEA cf. JAEGER JR. Augusto Fundamento y recientes desarrollos de Mercosur. In: von BOGDANDY, Armin, LANDA ARROYO, Cesar, MORALES ANTONIAZZI, Mariela. *Integration suramericana a través del Derecho ? Un análisis interdisciplinario y multifocal*. Madrid. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. p.511.

²⁹ TTIP é uma série de negociações comerciais sendo conduzidas sendo conduzidas pelos Estados Unidos e UE.

³⁰ A eleição de Mauricio Macri trouxe novos ânimos em trazer progresso nos diálogos.

6- CONCLUSÃO

A UE na sua política externa se empenhou nas últimas décadas em fortalecer o seu modelo de integração, além de exportá-lo para outras partes do mundo, almejando se tornar um ator internacional mais relevante nas relações internacionais e ter expectativas que o desenvolvimento econômico mundial se assentasse em uma nova ordem mundial baseado em seu modelo. Ao lado do Mercosul, permanece um exemplo de integração incompleta em que mesmo a tarifa comercial não atingiu sucesso pleno. O Mercosul continua gradualmente em via de estruturação sem atingir a supranacionalidade e carecendo de articulação das políticas macroeconômicas e fiscais dos Estados-membro.

A análise aqui desenvolvida, principalmente a partir do capítulo 2, permite afirmar que a aproximação da União Europeia com a América Latina ocorreu a partir da criação do Mercosul o qual promoveu uma inédita aproximação birregional e estabelecimento de acordos em matéria de cooperação, cujo objetivo seria de firmar Acordo de Associação inter-regional.

O presente artigo teve como objetivo analisar a trajetória da relação União Europeia-Mercosul, em especial as negociações para o estabelecimento de um Acordo de Associação, entre o Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação em vigor, cujo finalidade principal é a consagração de uma área de livre-comércio, de bens e serviços, entre a UE e o Mercosul.

Observa-se que tais negociações já contam 18 anos – valendo-se da data da ratificação do Acordo-Quadro, em 1999. Nesse período, constatou-se a incidência de vários acontecimento, já mencionados- consecutivas crises de ordem financeira, seja no âmbito regional tanto mundial, o alargamento da UE, novas potências emergentes, crises internas do Mercosul, as negociações em espaços multilaterais como a Rodada de Doha e Rodadas da OMC, instabilidade cambial- que interferiram na queda de interesse em concluir o Acordo de Associação por parte dos negociadores. Inclui-se a isto as divergências ,sobretudo de âmbito econômicos, de liberalização comercial, especialmente do setor agrícola, apresentando produtos agrícolas sensíveis de parte europeia e a de produtos industriais e serviços por parte do Mercosul. Visto que a pauta comercial entre os dois países e os da União Europeia continua estruturado

especialmente no eixo de troca”commodities x produtos de alto valor agregado”, sendo a soja, na atualidade, o grande produto de valor do agronegócio mercosulino.

Em razão da suspensão das negociações com o Mercosul consagrou-se a parceria entre o Brasil e a UE, o que caracterizou a estratégia do bilateralismo seletivo, das relações híbridas entre bloco e um poder singular. Com efeito, o argumento da condicionalidade da Rodada de Doha, por sua vez, teve o efeito paralizador nas negociações, as questões vistas como sensíveis no acordo em negociação, bem como os subsídios agrícolas e as concessões tarifárias no setor agícola, industriais e de serviços, são igualmente negociadas, em fóruns multilaterais, ou melhor, no âmbito da Rodada de Doha.

Entretanto, a UE alegou que somente deliberava de um “único bolso” (*single pocket*) para negociar, ou em escala regional, ou no campo multilateral. Nesse sentido, sua proposta agrícola, estariam submetidos ao término da Rodada de Doha. Sendo assim, as negociações multilaterais se mostraram de grande importância na pauta comercial da UE e Mercosul, em virtude das negociações para o firmamento do Acordo de Associação; a regionalização aparenta ser a segunda melhor alternativa, pelo menos para os europeus. Tudo averiguado por um setor empresarial que pressiona a conclusão do acordo como instrumento para combater a crise econômica europeia. Assim onde as rodadas da OMC fracassaram, a regionalização também fracassou.

Contudo, o relançamento das negociações institui a oportunidade propícia para repensar sobre como a regionalização impulsiona ao multilateralismo comercial e, ao mesmo tempo, a inevitabilidade de ciclos de crises econômicas interveiam no estabelecimento do Acordo de Associação. A própria OMC apresenta entraves para auxiliar à liberalização global do comércio, assim como ainda é indefinido a conclusão das negociações entre a UE e o Mercosul.

7- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, Paulo Roberto de (1994, julho-agosto-setembro 14). MERCOSUL E UNIÃO EUROPÉIA: VIDAS PARALELAS? *Boletim de Integração* , pp. 15-25.
- ALMEIDA, Paulo Roberto (2007). Evolução do regionalismo comercial na América do Sul: modalidades, resultados, situação atual e perspectivas . *Integração Política e Econômica da América do Sul: Intercâmbios universitários Brasil-Chile-França* (pp. 1-33). Brasília: IEA-USP.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. (2009). *Sete teses impertinentes sobre o Mercosul*. Retrieved from Via:
política:<http://www.viapolitica.com.br/diplomatizando_view.php?id_diplomatizando=36>
- ALMEIDA-MEDEIROS, Marcelo de. (1996). O Mercosul e a União Européia: uma abordagem comparada do processo de formação de instituições. *Contexto Internacional* , pp. p.89-120.
http://www.academia.edu/2180094/MERCOSUR_20_a%C3%B1os._Elementos_para_un_balance_pol%C3%ADtico_
- AMORIM, Celso Luiz Nunes. (1992). Perspectiva da Cooperação Internacional”. In: MARCOVITCH, Jacques (org). *Estratégia e Gestão da Cooperação Internacional: Contexto e Estratégia*. São Paulo: PROCINT.
- ARENAS, Mariela. (2002). *Economic Relations of the European Union and Mercosur* . Miami, Florida: University of Miami.
- BARBOSA, Rubens. (1994). Tarifa externa Comum (TEC) do Mercosul. *O Estado de São Paulo*, 5-7.
- BARBOSA, Rubens. (1996). O Brasil e a integração regional: a ALALC e a Aladi (1960-1990). In J. ALBUQUERQUE, *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Diplomacia para o Desenvolvimento.
- BARNABÉ, Israel R. (2012). *O Itamaraty e a Diplomacia Presidencial nos Governos* . Contextualizaciones Latin Americanas.

- BATALLER, Francisco. (1993). Regional integration and trade. *Commission of the European (ed.), Communities the European Community as a world trade partner.*
- BATALLER, Francisco.(1995, jul/dez). Sombras y luces de ayer y hoy en la integración latinoamericana. . *Síntesis* , pp. p.27-41.
- BONOMO, Diego Zancan (2006). *A Mobilização Empresarial para Triplice Negociação Comercial: ALCA, MERCOSUL- União Europeia e OMC (1994-2004)*. São Paulo: Pontifície Universidade Católica de São Paulo.
- CARÍSIO, Maria Clara Duclos (2006). *A Política Agrícola Comum e seus Efeitos sobre o Brasil*. Brasília: Funag.
- CEPAL. (1994). *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*. Santiago: Cepal.
- BHAGWATI, Jagdish; PANAGARIYA, Arvind. (1996, Jan). Preferential Trading Areas and Multilateralism: Strangers, Friends or Foes?. *The Economics of Preferential Trade Agreements*. AEI Press, Washington, D.C.
- BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo (2014, jul/dez). Uma perspectiva de longo período sobre a integração latino-americana vista pelo Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v.36, n.2, p.549-583,
- CNI. (2004). *O percurso do Mercosul em 2004*. Brasília: Informativo Comércio Exterior em Perspectiva.
- COELHO, Diogo Ramos (2014). *Mundo em crise: a histporia da crise financeira , seus impactos nas relações internacionais e os atuais desafios*. Brasília: Universidade de Brasília.
- COMÉRCIO. (2011, Novembro 19). *As últimas ofertas feitas pelo MERCOSUL e UE*. Retrieved from Comércio: <http://www.comercio.gov.ar/web/index>
- COMISSION, European . (22 de abril de 2015). Trade. Fonte: European Comission: <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/brazil/>
- COMISSION, European . (2002). *Mercosur-European Community Strategy Paper 2002-2006*. Chile: CSP Mercosur.
- Communication from the Commission to the Council and the European Parliament of 19 October 1994. (1994). *Communication from the Commission to the Council*

- and the The European Community and Mercosur - An enhanced policy.* Brussels: EU .
- COSTA Vaz, Alcides. (2002). *Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul.* Brasília: Funag.
- COSTA, Rogério Santos da. (2008). O Mercosul e a integração da América do Sul . In M. A. CEPIK, *América do Sul: economia e política da integração* (pp. 31-43). Porto Alegre : UFRS/ Coleção Estudos Internacionais- NERINT .
- CRAWLEY, Andrew. (2004, Março). *Mercosur: en busca de una nueva agenda.* Retrieved from Intal- Instituto para la integracion de America latina y el Caribe: www.iadb.org/intal/publicaciones.asp
- Dantas, Daniel. F. S. Mangabeira (2011). *A singularização das relações Brasil- União Europeia (1960-2010).* Brasília: UnB.
- DEIVLIN, Robert., ESTEVADEORDAL, A., & Krivonos, E. (2003). The Trade and cooperation Nexus: How does Mercosur-EU Process Measure Up? *Intal- ITD-STA.* Occasional Paper 22.
- GONÇALVES, Vinícius Aquini (2011). *As relações inter-regionais entre União Europeia e Mercosul: O Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação, A Associação inter-regional e a parceria estratégica com o Brasil .* Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande .
- GREINER, Walner. (2004). *Die interregionale Assozierung zwischen der Europäischen Union und dem Mercosur: Modell für die Kooperation zwischen mehreren Freihandelszonen im Rahmen der Welthandelsordnung.* Frankfurt: Frankfurt am Main.
- HANGGI, Heiner. (2011, Outubro 01). *Interregionalism: empirical and theoretical perspectives.* Retrieved from CAP: <http://www.cap.lmu.de/transatlantic/download/Haenggi.PDF>
- HOFFMANN, Andrea Ribeiro (2003). The foreign policy behaviour of the European Union towards the Latin American Southern Cone States (1980-2000): has it become more cooperative? The cases of foreign direct investment and agricultural trade. . Eberhard-Karls-Universität Tübingen .
- HOFFMANN, Andrea Ribeiro. (2004). *Organizações Internacionais: histórias e práticas .* Rio de Janeiro: Elsevier.

- HURRELL, Andrew. (jan/jun de 1995). O ressurgimento do regionalismo na política mundial. *Contexto Internacional*, pp. p.23-5.
- IGLESIAS, Ana Isabel Rodrigues (2010). *La Asociación Estratégica EU-Brasil. Retórica y Pragmatismo en las Relaciones Euro-Brasileñas*. Madrid: Documento de Trabajo Serie Unión Europea .
- INTAL, BID. (2005). *Informe MERCOSUL (Período 2004, 2005)*. Buenos Aires : BID-INTAL .
- JATOBÁ, Daniel., LESSA, Antônio Carlos, & e OLIVEIRA, Henrique Altemani. (2013). *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva.
- KEOHANE, Robert O. (1984). *After hegemony – Cooperation and Discord in the World Political Economy*. New Jersey: Princeton University Press.
- KFURI, Regina. (2007). The role of external actors upon regional integration: the US, the EU and Mercosur. *ISA*, (p. 25).
- KORTHOFF, Andrea. (2005). *Die EU und der Mercosur. Wege einer neuen Partnerschaft?*Tectum Verlag .
- MEDEIROS, Marcelo de Almeida; MEUNIER, Isabel; Cockles, Marina (2015, maio/agosto). Processos de Difusão Política e Legitimidade no Mercosul: Mimetismo Institucional e Mecanismos de Internacionalização de Normas Comunitárias. *Contexto Internacional* , pp. 537-570.
- MOROVCSIK, Andrew. (1997). Taking Preferences Seriously: “A Liberal Theory of International Politics.”. *International Organizations* 51, pp. 514-553.
- PEREIRA, Suzana Tavares (2006). *Integração Mercosul- União Europeia: Aspectos da negociação comercial- Uma análise a partir da fonte de imprensa Brasileira, 1999-2004*. Brasília: Universidade de Brasília.
- PORTO, Manuel Carlos; FLÔRES, Renaldo Galvão. (2006). *Teoria e política de integração na União Europeia e no Mercosul*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas.
- QUINTÃO, Aylê.-Salassié Figueiras. (2010). *Americanidade- Mercosul: Passaporte para a Integração*. Brasília: Edições do Senado Federal .
- RICE, Candolezza. (2000). Campaign 2000: Promoting the National Interest. *Foreign Affairs*.

- RODRIGUES, Diego Freitas (15 de Março de 2010). *Cooperação horizontal Su-lSul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil, e a África do Sul.* Fonte: Scielo: www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a03v53n1/a03v5n1.pdf
- SANTANDER, Sebastian (2010). EU-LA relations: from interregionalism to bilateralism? *Working paper Programa de América Latina.*
- SARAIVA, Miriam Gomes. (2010). *Política externa brasileira: as diferentes percepções sobre o Mercosul.* Porto Alegre: Civitas.
- SARAIVA, Miriam Gomes (1999). *Os processos de integração latino-americanos e europeus. As experiências dos anos 60 e o modelo de integração com abertura econômica dos anos 90.* Rio de Janeiro : Nuseg/UERJ.
- SARAIVA, Miriam Gomes (2004). A União Europeia como ator internacional e os países do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, pp. 84-111.
- SARAIVA, Miriam Gomez (2004). União Europeia como ator internacional e os países do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional* , p. p.28.
- SARAIVA, Miriam Gomez (2016, October 6). The Brazil-European Union Strategic partnership, from Lula to Dilma Rousseff: a shift of focus. *Revista Brasileira de Política Internacional* , p. 14.
- SCWARZE, Jurgen. (2009). *EU Kommentar.* Nomos: Baden-Baden.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina (1986). *The Political economy of Brazilian foreign Policy: nuclear, energy, trade and Itaipu.* Nashville: Vanderbilt University.
- TOMAZINI, Rosana. Corrêa. (2009). *As relações Econômicas entre a União Europeia e o Mercosul e a tentativa de institucionalização de um acordo de livre comércio, 1991-2005.* Brasília: UnB.
- UNION, European. (2008). *Agriculture.* Retrieved from European Union: http://ec.europa.eu/agriculture/publi/capexplained/cap_pt.pdf
- VALLE, Valeria Marino. (2005). *Relações e outras alternativas da política externa do Mercosul .* Retrieved from Revista Brasileira de Política Internacional : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S003473292005000100004&nrm=iso
- VAZ, Alcides Carlos. (2001). Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade? *Revista Brasileira de Política Internacional.*

- VEIGA, Pedro de Mota (2003). *Mercosur: en busca de una nueva agenda*. Buenos Aires: INTAL-ITD.
- VENTURA, Deisy. (2003). *As assimetrias entre o mercosul e a União Europeia: os desafios de uma associação de uma associação inter-regional*. Barueri, SP: Manole.
- VENTURA, Deisy. (2005). *Las asimetrías entre el MERCOSUR y la Unión Europea*. Montevideo: Fundación Konrad Adenauer.
- VIGEVANI, Tullo. (1998). *Mercosul: impactos para trabalhadores e sindicatos*. São Paulo: LTR.
- WEHNER, Ulrich. (1999). *Der Mercosur: Rechtsfragen und Funktionsfähigkeit eines neuartigen Integrationsprojektes und die Erfolgsaussichten der interregionalen Kooperation mit der Europäischen Union*. Nomos: Baden-Baden.
- WK. (2011, Agosto 15). WK. Retrieved from EU- MERCOSUR: http://portal.wko.at/format_detail.wk?AngLD=1&StID=397307&DstD=15